

A corrida da renegociação

O País recusa-se a tomar consciência da gravidade da situação cambial e de suas repercussões sobre a taxa de crescimento. A verdade, porém, é que se encontra em situação bastante incômoda, com reservas que certamente estão próximo de quatro bilhões de dólares, valor que não dá para cobrir as licenças de importação que se acumulam na Cacex. A situação beira, realmente, a decretação de uma moratória e torna premente a renegociação da dívida externa junto ao Clube de Paris e aos bancos credores estrangeiros. O governo está consciente disso e pretende chegar a um acordo antes que a situação fique insustentável. Além disso, tem de agir prontamente também a fim de conquistar o apoio do Congresso, que, pressionado pelo PMDB, poderia dar um passo temerário, decretando unilateralmente a moratória, que o governo se empenha em evitar.

Os credores estrangeiros estão cientes das dificuldades e, pensando no problema do México, procurarão certamente uma solução menos mortificante.

Consideremos o problema com realismo: as reservas cambiais do País estão chegando ao ponto crítico, pois deveriam cobrir, pelo menos, três meses de importações; além disso, é preciso honrar o pagamento dos juros e enfrentar a pressão do repatriamento dos investimentos estrangeiros; outrossim, para manter um grau mínimo de atividade, o País tem de importar insumos e, também, equipamentos necessários à expansão da capacidade de produção. É absolutamente necessário dispor de reservas e obter novos créditos, se se quiser evitar uma grave recessão. Somente o declínio da demanda interna poderia, dentro de alguns meses, amenizar a situação da balança comercial. Fala-se muito em decretação de moratória e, de fato, a situação cambial do Brasil é pré-falimentar. Enquanto o PMDB procura um bode expiatório, aceitando com a decretação unilateral da moratória, o governo procura evitar esta medi-

da por meio de uma renegociação, que depende do FMI, do Clube de Paris e dos bancos credores. A cada dia, porém, a situação se torna mais sombria: o governo procura resolver o problema antes que, num gesto insensato, o Congresso tome decisões que impediriam qualquer solução negociada, que levariam o País a um grave impasse e que precipitariam a recessão.

É evidente que o desencadeamento do processo de renegociação, tanto com o Clube de Paris como com os bancos credores, se acha condicionado por um acerto com o FMI. Hoje, o Brasil conta com a boa vontade do organismo internacional, como o revelaram claramente as declarações feitas pelo diretor-gerente da instituição, sr. Jacques de Larosière, na última assembléia anual do FMI/Banco Mundial. Os economistas do FMI haviam há muito apontado os desacertos do Plano Cruzado e encarecido claramente a nossas autoridades a necessidade de procederem a uma correção de tiro. O governo agora reconheceu essa necessidade e tomou medidas talvez bem mais efetivas do que parecem, a fim de abrir novas perspectivas, por meio de uma redução real do déficit público e de um real resfriamento da demanda interna. Já se percebe, pela ascensão das taxas de juros, que está executando uma política econômica ortodoxa.

Quanto a isto, nota-se que fez o mesmo que os governos anteriores: tomar medidas destinadas a convencer o FMI de que estão sendo corrigidos os erros do passado antes de pedir o aval do organismo internacional. Informado por nosso governo, o FMI está prestes a apresentar, sobre a situação do Brasil, um relatório bem mais favorável do que era o esboço do relatório subsequente à visita que fizera ao País a missão dos peritos do FMI.

Contando com esse relatório e com os contatos que manteve nestes últimos meses com os representantes dos países que compõem o Clube de Paris, o ministro da Fazenda, sr. Dilson Funaro, iniciará com

este último organismo, no dia 15 de dezembro, negociações que serão decisivas. O fracasso dessas negociações seria dramático, mas o ministro certamente não ousará arriscar-se. Ele sabe que um relatório favorável do FMI, mesmo sem um acordo *stand by*, cujas condições seriam bem mais pesadas, poderá abrir as portas de acesso ao Clube de Paris.

Essa abertura permitirá ao Brasil não somente consolidar sua dívida, orçada em cerca de oito bilhões de dólares, com o Clube de Paris como também possibilitará a obtenção de financiamentos para a importação de equipamentos, importação hoje impossível devido à falta de recursos financeiros. A renegociação com o Clube de Paris produzirá, porém, mais um resultado importante: permitirá ao governo brasileiro encetar conversações com os bancos credores visando à obtenção de um acordo multianual que assegurará redução sensível do *spread*, alongamento do prazo de amortização da dívida e possibilidade, embora reduzida, de obtenção de novos empréstimos.

Realmente, se obtiverem o aval moral do FMI e se o Clube de Paris voltar a negociar com o País, os bancos credores estarão dispostos a resolver os problemas do Brasil. Nesse sentido, a negociação feita com o México está ajudando nosso país. Por haverem retardado demais o problema do México, os bancos credores tiveram de dar contribuição bastante elevada (seis bilhões de dólares), sem a esperança de resolver efetivamente o problema. É preciso impedir que o Brasil caia no abismo, de onde, para retirá-lo, seria necessária uma operação de salvamento muito onerosa.

Diante dessa situação, percebe-se que o Brasil tem hoje uma oportunidade única, que não pode desperdiçar tomando decisões intempestivas. Mas o tempo é demasiado exíguo para que se possa encontrar uma solução que agrade a todos. Só podemos desejar que o ministro Dilson Funaro seja bem-sucedido em sua missão em Paris.